



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da prova discursivaCaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Entre a cruz e a caldeirinha

“Quantas divisões tem o Papa?”, teria dito Stalin quando alguém lhe sugeriu que talvez valesse a pena ser mais tolerante com os católicos soviéticos, a fim de ganhar a simpatia de Pio XI. Efetivamente, além de um punhado de multicoloridos guardas suíços, o poder papal não é palpável. Ainda assim, como bem observa o escritor Elias Canetti, “perto da Igreja, todos os poderosos do mundo parecem diletantes”.

Há estatísticas controvertidas sobre esse poder eclesial. Ao mesmo tempo que uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas indica que, a cada geração, cai o número de católicos no Brasil, outra, da mesma instituição, revela que, para os brasileiros, a única instituição democrática que funciona é a Igreja Católica, com créditos muito superiores aos dados à classe política. Daí os sentimentos mistos que acompanharam a visita do papa Bento XVI ao Brasil.

“O Brasil é estratégico para a Igreja Católica. Está sendo preparada uma Concordata entre o Vaticano e o nosso país. Nela, todo o relacionamento entre as duas formas de poder (religioso e civil) será revisado. Tudo o que depender da Igreja será feito no sentido de conseguir concessões vantajosas para o seu pastoreio, inclusive com repercussões no direito comum interno ao Brasil (pesquisas com células-tronco, por exemplo, aborto, e outras questões árduas)”, avalia o filósofo Roberto Romano. E prossegue: “Não são incomuns atos religiosos que são usados para fins políticos ou diplomáticos da Igreja. Quem olha o Cristo Redentor, no Rio, dificilmente saberá que a estátua significa a consagração do Brasil à soberania espiritual da Igreja, algo que corresponde à política eclesial de denúncia do laicismo, do modernismo e da democracia liberal.

A educadora da USP Roseli Fischman, no artigo “Ameaça ao Estado laico”, avisa que a Concordata poderá incluir o retorno do ensino religioso às escolas públicas. “O súbito chamamento do MEC para tratar do ensino religioso tem repercussão quanto à violação de direitos, em particular de minorias religiosas e dos que têm praticado todas as formas de consciência e crença neste país, desde a República”, acredita a pesquisadora. Por sua vez, o professor de Teologia da PUC-SP Luiz Felipe Pondé responde assim àquela famosa pergunta de Stalin: “Quem precisa de divisões tendo como exército a eternidade?”

(Adaptado de Carlos Haag, **Pesquisa FAPESP** n. 134, 2007)

1. A expressão *entre a cruz e a caldeirinha* indica uma opção muito difícil de se fazer. Justifica-se, assim, sua utilização como título de um texto que, tratando da atuação da Igreja, enfatiza a dificuldade de se considerar em separado
- (A) a ingerência eclesial nas atividades comerciais e nas diplomáticas.
 - (B) a instância do poder espiritual e o campo das posições políticas.
 - (C) o crescente prestígio do ensino religioso e a decadência do ensino laico.
 - (D) os efetivos militares à disposição do Papa e a força do pontificado.
 - (E) as denúncias papais do laicismo e os valores da democracia liberal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. As frases de Stalin e de Elias Canetti, citadas no 1º parágrafo, revelam critérios e posições distintas na avaliação de uma mesma questão.
 - II. Na Concordata (referida no 3º parágrafo), a Igreja pretende valer-se de dispositivos constitucionais que lhe atribuem plena autonomia legislativa.
 - III. A educadora Roseli Fischman propõe (4º parágrafo) que o ensino religioso privilegie, sob a gestão direta do MEC, minorias que professem outra fé que não a católica.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerado o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *o poder papal não é palpável* = o Papa não dispõe de poder considerável.
 - (B) *parecem diletantes* = arvoram-se em militantes.
 - (C) *com créditos muito superiores* = de muito maior confiabilidade.
 - (D) *repercussões no direito comum interno* = efeitos sobre o direito canônico.
 - (E) *denúncia do laicismo* = condenação dos ateus.

4. Ao se referir ao poder da Igreja, Elias Canetti e Luis Felipe Pondé
- (A) admitem que ele vem enfraquecendo consideravelmente ao longo dos últimos anos.
 - (B) consideram que, na atualidade, ele só se manterá o mesmo caso seja amparado por governos fortes.
 - (C) afirmam que nunca ele esteve tão bem constituído quanto agora, armado da fé para se aliar aos fortes.
 - (D) lembram que a energia de um papado não provém da instituição eclesial, mas da autoridade moral do Papa.
 - (E) advertem que ele não depende da força militar, uma vez que se afirma historicamente como poder espiritual.

5. Na frase *Quem precisa de divisões tendo como exército a eternidade?*, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por
- (A) ao ter no exército sua eternidade?
 - (B) fazendo do exército sua eternidade?
 - (C) contando na eternidade com o exército?
 - (D) dispondo da eternidade como exército?
 - (E) provendo o exército assim como a eternidade?



6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Deve-se firmar alguns acordos entre o Vaticano e o Brasil durante as discussões da Concórdia.
- (B) Nunca chegou a preocupar Stalin, naturalmente, os guardas suíços que constituem a segurança do Vaticano.
- (C) Ao se deterem na estátua Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, os olhos de um turista não verão o que de fato ela consagra.
- (D) As concessões vantajosas que pretendem obter, nas discussões da Concórdia, a Igreja Católica, dizem respeito a questões polêmicas.
- (E) Muitas repercussões passarão a haver no direito interno, caso a Concórdia consagre os acordos que constituem o principal interesse da Igreja.
-
7. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:
- (A) Tudo o que advir como poder da Igreja tem correspondência com o plano simbólico e espiritual.
- (B) O poder civil e a esfera religiosa nem sempre convivem quanto à busca de um sereno estabelecimento de acordos.
- (C) Ao longo da História, nações e igrejas muitas vezes se absteram de buscar a convergência de seus interesses.
- (D) A pergunta de Stalin proveu de sua convicção quanto ao que torna de fato competitivo um país beligerante.
- (E) Ciente da fragilidade militar da Igreja, o ditador não se conteve e interveio na História com a famosa frase.
-
8. A frase que admite transposição para a **voz passiva** é:
- (A) Perto da Igreja, todos os poderosos do mundo parecem diletantes.
- (B) A Concórdia poderá incluir o retorno do ensino religioso.
- (C) Há estatísticas controvertidas sobre esse poder eclesiástico.
- (D) Não são incomuns atos religiosos com finalidade política.
- (E) O Brasil é um país estratégico para a Igreja Católica.
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Deve de ser preocupante para os católicos, que eles venham caindo de número nas estatísticas, em conformidade com a Fundação Getúlio Vargas.
- (B) Mau-grado seu desempenho nas estatísticas da FGV, esta mesma instituição considera que a Igreja tem mais prestígio que outras classes.
- (C) A mesma Fundação em que se abona o papel da Igreja como democrática, é também a instituição em que avalia seu decréscimo de fiéis.
- (D) Não obstante esteja decrescendo o número de fiéis, a Igreja, segundo a Fundação Getúlio Vargas, é prestigiada como instituição democrática.
- (E) A FGV, em pesquisas atinentes da Igreja Católica, chegou a resultados algo controversos, seja pelo prestígio, seja pela contingência do seus fiéis.
-
10. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se o Papa dispusesse de inúmeras e bem armadas divisões, talvez Stalin reconsiderasse sua decisão e buscasse angariar a simpatia de Pio XI.
- (B) Como alguém lhe perguntou se não é o caso de ganhar a simpatia de Pio XI, Stalin lhe respondera que ignorava com quantas divisões conta o Papa.
- (C) Caso o Brasil não fosse um país estratégico para a Igreja, a Concórdia não se revestirá da importância que lhe atribuíram os eclesiásticos.
- (D) São tão delicadas as questões a serem discutidas na Concórdia que será bem possível que levassem muito tempo para desdobrar todos os aspectos.
- (E) Roberto Romano lembra-nos de que já houve, na História, atos religiosos que acabassem por atender a uma finalidade política que é prevista.
-
- Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.
- A leitura dos clássicos**
- Os **clássicos** são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, preservando-se no inconsciente.*
- Por isso, deveria existir um tempo na vida adulta dedicado a visitar as leituras mais importantes da juventude. Se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo.*
- Portanto, usar o verbo ler ou o verbo reler não tem muita importância. De fato, poderíamos dizer: toda releitura de um **clássico** é uma leitura de descoberta, como a primeira.*
- (Ítalo Calvino, "Por que ler os **clássicos**")*
-
11. Da leitura do texto depreende-se que os **clássicos**
- (A) exercem grande efeito sobre nós, a menos quando se infiltram nas regiões do nosso inconsciente.
- (B) adquirem especial sentido quando lidos na adolescência, idade em que nos revelam toda a sua grandeza.
- (C) podem ser relidos sem que percam, por isso, o poder de revelação que demonstraram na primeira leitura.
- (D) mudam de valor a cada vez que os lemos, já que o tempo vai esmaecendo a importância de cada leitura.
- (E) gravam-se em nossa memória segundo a importância que tiveram para as gerações precedentes.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- A releitura de uma obra clássica é reconfortante pela recuperação exata do sentido que já lhe atribuímos no passado.
 - Uma nova perspectiva histórica pode ser determinante para uma nova compreensão de uma mesma obra clássica.
 - Assim como nós podemos permanecer os mesmos ao longo do tempo, o sentido de uma obra clássica pereniza-se na história.
- Em relação ao texto, APENAS está correto o que se afirma em:
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - II e III.
13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
--se (**atribuir**) aos clássicos a propriedade de nos encantar em qualquer tempo ou idade que os busquemos.
 --se (**distinguir**) os clássicos pelo fato de conservarem o mesmo poder de revelação ao longo do tempo.
 --nos (**impressionar**) nos clássicos o sentido de uma perenidade que não implica cristalização.
 --se (**queixar**) dos clássicos apenas quem os lê com a desatenção ou o desamor das tarefas obrigatórias.
 --nos (**confortar**) nos clássicos a companhia dos mais altos valores humanos que põem à nossa disposição.
14. ...*toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta, como a primeira.*
- Uma nova, clara e correta redação da frase acima apresenta-se em:
- Tal como a primeira, as outras leituras de um clássico sempre constituem uma revelação.
 - Sendo de um clássico, todas as outras leituras são como de primeiras descobertas.
 - É como se fosse uma primeira leitura de um clássico todas as descobertas que ele nos proporciona.
 - Assim como é uma descoberta a leitura de um clássico, outras leituras também serão como a primeira.
 - Todas as leituras de um clássico, haja vista a primeira, têm aquela mesma revelação.
15. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- Os clássicos são livros em cuja particular influência torna-os inesquecíveis.
 - As dobras da memória, onde se ocultam imagens dos clássicos, são o refúgio do inconsciente.
 - Há um tempo na vida adulta no qual poderíamos utilizar para uma redescoberta dos clássicos.
 - A perspectiva histórica é determinante, por cuja os clássicos ganham um novo significado.
 - O poder de revelação de que se imbuem os clássicos acaba por nos revelar para nós mesmos.
16. Os *notebooks* PC quando se apresentam sob a marca Intel Centrino significa que estes computadores são caracterizados por
- um processador da família Centrino, apenas.
 - um processador da família Pentium M, apenas.
 - uma plataforma que combina um processador e um *chipset* específicos, apenas.
 - uma plataforma particular que combina um processador e uma interface de rede sem fio, apenas.
 - uma plataforma particular que combina um processador, um *chipset* e uma interface de rede sem fio.
17. A seleção do esquema de energia com as configurações mais adequadas ao computador poderá ser executada no Windows XP por meio da janela Propriedades de Vídeo, na guia
- Temas.
 - Aparência.
 - Proteção de tela.
 - Área de trabalho.
 - Configurações.
18. Para inserir um cabeçalho em um documento inteiro do Word a partir da segunda página, pode-se
- definir a página 1 como Seção 1, sem cabeçalho, e as demais páginas como Seção 2, com cabeçalho.
 - selecionar "Diferente na primeira página" em "Cabeçalhos e rodapés" na guia *Layout* de Configurar Página e deixar a página 1 sem cabeçalho e as demais páginas com cabeçalho.
 - posicionar o cursor na página 2 e inserir o cabeçalho na página 2, que o Word expandirá automaticamente somente para as demais páginas seguintes da seção.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
19. Ao digitar a letra de uma unidade e o nome de uma pasta (por exemplo, C:\Arquivos de programas) na barra de Endereços do Internet Explorer e pressionar ENTER,
- o conteúdo da pasta será exibido em uma nova janela.
 - o conteúdo da pasta será exibido na mesma janela.
 - nada acontecerá porque o comando não é reconhecido.
 - uma mensagem de erro será exibida.
 - uma nova janela em branco será aberta.
20. Para copiar um arquivo de uma pasta para outra, dentro da mesma unidade (*drive*), pode-se arrastar o arquivo com o mouse da pasta de origem para a pasta de destino, mantendo pressionada a tecla
- Shift.
 - Ctrl.
 - Tab.
 - Alt.
 - Insert.



<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p>	
<p>21. Com relação aos princípios interpretativos das normas constitucionais, aquele segundo o qual a interpretação deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas é denominado de</p> <p>(A) conformidade funcional. (B) máxima efetividade. (C) unidade da constituição. (D) harmonização. (E) força normativa da constituição.</p>	<p>25. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam</p> <p>(A) três cidadãos brasileiros natos, com no mínimo trinta anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República. (B) cinco cidadãos brasileiros natos, com no mínimo trinta anos de idade, sendo dois eleitos pela Câmara dos Deputados. (C) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República. (D) sete cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo três eleitos pelo Senado Federal. (E) oito cidadãos brasileiros natos, com mais de quarenta anos de idade, sendo três eleitos pelo Senado Federal.</p>
<p>22. No que diz respeito ao controle repressivo em relação ao órgão controlador, a ocorrência em Estados onde o órgão que garante a supremacia da Constituição sobre o ordenamento jurídico é distinto dos demais Poderes do Estado caracteriza espécie de controle</p> <p>(A) indeterminado. (B) jurídico. (C) judiciário. (D) misto. (E) político.</p>	<p>26. No tocante ao Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que lhe compete processar e julgar, originariamente:</p> <p>(A) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição. (B) o <i>habeas corpus</i>, o mandado de segurança, o <i>habeas data</i> e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão. (C) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal. (D) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. (E) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.</p>
<p>23. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado concorrendo em igualdade de condições com novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira. (B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. (C) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. (E) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.</p> <p>24. Sobre o Congresso Nacional, é correto afirmar que</p> <p>(A) a convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á pelo Presidente da República em caso de intervenção federal com a aprovação de um terço do Senado Federal. (B) a Câmara dos Deputados reunir-se-á em sessão única no primeiro dia do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e mandatos de quatro anos. (C) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados. (D) a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias. (E) havendo leis complementares em vigor na data de convocação extraordinária, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>27. Paulo é Deputado Estadual pelo Estado do Amazonas e deseja candidatar-se a Deputado Federal. Nesse caso,</p> <p>(A) não há necessidade de afastar-se suas funções. (B) o prazo para desincompatibilização é de 6 meses. (C) o prazo para desincompatibilização é de 4 meses. (D) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, sem remuneração. (E) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, garantida a percepção dos vencimentos integrais.</p>



28. As transgressões pertinentes a origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, nas eleições para Deputado Federal, serão apuradas mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial realizada pelo
- (A) Corregedor-Geral Eleitoral.
(B) Corregedor Regional Eleitoral do respectivo Estado.
(C) Tribunal Superior Eleitoral.
(D) Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
(E) Ministério Público Eleitoral.
29. É vedado aos agentes públicos, servidores ou não, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos,
- (A) a transferência *ex officio* de agentes penitenciários.
(B) a nomeação para cargos em comissão.
(C) a transferência *ex officio* de policiais civis.
(D) a remoção de servidores públicos em geral.
(E) a nomeação para cargos dos Tribunais de Contas.
30. O prazo para interposição de recurso da decisão do Juiz Eleitoral que rejeitar impugnação de registro de candidato a Prefeito Municipal e do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral que confirmar a decisão de primeiro grau é de
- (A) 3 dias.
(B) 3 e 5 dias, respectivamente.
(C) 5 dias.
(D) 5 e 7 dias, respectivamente.
(E) 15 dias.
31. A respeito da criação e do registro dos Partidos Políticos, considere:
- I. O partido político que já tenha adquirido personalidade jurídica através do registro no cartório competente do Registro Civil e das Pessoas Jurídicas da Capital Federal poderá participar do processo eleitoral, ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, mas não receberá recursos do Fundo Partidário.
- II. Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional.
- III. O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos.
- IV. O requerimento de registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil e das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
(B) I, II e III.
(C) I e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.
32. A respeito da filiação partidária é INCORRETO afirmar que
- (A) considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.
(B) é facultado aos partidos políticos estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei, com vistas a candidaturas a cargos eletivos.
(C) os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.
(D) para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
(E) quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao Juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação.
33. A respeito do Fundo Partidário, é correto afirmar que
- (A) a Justiça Eleitoral não pode investigar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, em razão da autonomia administrativa dos partidos políticos.
(B) os partidos políticos não necessitam prestar contas à Justiça Eleitoral das despesas realizadas com o Fundo Partidário.
(C) serão destinados pelos partidos políticos, no mínimo 20% do total recebido, para a criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.
(D) os recursos dele oriundos, até 80%, podem ser aplicados no pagamento de pessoal.
(E) não pode ser constituído por doações de pessoas físicas ou jurídicas, mas somente por dotações orçamentárias da União.
34. NÃO constitui crime eleitoral:
- (A) reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.
(B) permitir o Presidente da Mesa Receptora que o eleitor vote sem estar de posse de seu título eleitoral.
(C) tentar violar o sigilo do voto.
(D) votar em lugar de outrem.
(E) tentar votar mais de uma vez.
35. Se o órgão do Ministério Público, recebendo comunicação de infração penal eleitoral, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas,
- (A) recorrerá de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral competente.
(B) instaurará a ação penal através de Portaria.
(C) intimará o órgão do Ministério Público a oferecer denúncia, sob pena de desobediência.
(D) permitirá ao autor da comunicação que ajuíze a ação penal privada.
(E) fará a remessa da comunicação ao Procurador Regional Eleitoral.



<p>36. Da decisão de Tribunal Regional Eleitoral que denegar mandado de segurança</p> <p>(A) cabe agravo de instrumento. (B) não cabe recurso. (C) cabe recurso ordinário. (D) cabe reclamação. (E) só cabe pedido de reconsideração.</p>	<p>40. O fato do príncipe, como causa justificadora da inexecução do contrato,</p> <p>(A) constitui álea econômica, razão porque, em regra, a Administração Pública responde pela recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. (B) distingue-se do fato da Administração, pois, este se relaciona diretamente com o contrato, enquanto aquele só reflexamente repercute sobre o contrato. (C) trata-se de responsabilidade contratual. (D) aplica-se mesmo que a autoridade responsável por ele seja de outra esfera de Governo. (E) não existe no Direito Brasileiro porquanto aqui prevalece o regime democrático e a forma presidencialista de Governo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>37. São critérios para a distribuição da competência, como requisito ou elemento do ato administrativo, dentre outros:</p> <p>(A) delegação e avocação. (B) conteúdo e objeto. (C) matéria, forma e sujeito. (D) tempo, território e matéria. (E) grau hierárquico e conteúdo.</p>	
<p>38. Sobre os atributos do ato administrativo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a imperatividade traduz a possibilidade de a administração pública, unilateralmente, criar obrigações para os administrados, ou impor-lhes restrições. (B) a presunção de legitimidade impede que o ato administrativo seja contestado perante o Judiciário. (C) a autoexecutoriedade está presente em todo e qualquer ato administrativo. (D) a imperatividade implica o reconhecimento de que, até prova em contrário, o ato foi expedido com observância da lei. (E) a presença da autoexecutoriedade impede a suspensão preventiva do ato pela via judicial.</p>	<p>41. Sobre a reparação do dano decorrente da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que</p> <p>(A) não pode ser feita no âmbito administrativo em razão do direito de regresso que o Estado tem contra o seu agente. (B) o prazo de prescrição do direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos é de dez anos. (C) prescreve em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público. (D) a Constituição Federal determina que seja formado litisconsórcio necessário entre o Estado e o seu agente causador do dano. (E) a ação deve, necessariamente, ser proposta contra o Estado e o agente causador do dano, a fim de ser apurada a responsabilidade deste.</p>
<p>39. De acordo com a Lei nº 8.666/93, é inexigível a licitação</p> <p>(A) para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico. (B) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão. (C) na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (D) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (E) para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.</p>	<p>42. Pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 8.429/92, o agente está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos de</p> <p>(A) três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente. (B) cinco a oito anos e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano. (C) cinco a dez anos e pagamento de multa civil de até cinquenta e três vezes o valor da remuneração percebida pelo agente. (D) oito a doze anos e pagamento de multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente. (E) de quatro a dez anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.</p>



43. Sobre as entidades políticas, os órgãos e os agentes públicos, considere:

- I. As empresas públicas e sociedades de economia mista não são criadas por lei, mas, a sua instituição depende de autorização legislativa.
- II. Entidades estatais são pessoas jurídicas de Direito Público que integram a estrutura constitucional do Estado, mas, não têm poderes políticos nem administrativos.
- III. Órgãos subalternos são os que exercem atribuições de mera execução, sempre subordinados a vários níveis hierárquicos superiores.
- IV. Órgãos públicos são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, dotados de personalidade jurídica e de vontade própria.
- V. Agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

44. Considere os conceitos abaixo, sobre os poderes administrativos.

- I. Poder que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência e oportunidade.
- II. Poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e ordenar a atuação dos seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- III. Faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos poderes

- (A) regulamentar, vinculado e disciplinar.
- (B) arbitrário, disciplinar e de polícia.
- (C) vinculado, subordinado e hierárquico.
- (D) de polícia, disciplinar e hierárquico.
- (E) discricionário, hierárquico e disciplinar.

Direito Civil

45. Considere as assertivas abaixo a respeito do domicílio.

- I. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- II. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- III. O domicílio do militar da Marinha é o local onde o navio estiver matriculado.
- IV. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

46. Com relação aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:

- (A) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, mas ambas poderão reclamar indenização.
- (B) É nulo o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse conhecimento.
- (C) O dolo acidental anula o negócio jurídico e obriga à satisfação das perdas e danos.
- (D) Ao apreciar a coação ter-se-ão em conta, dentre outras circunstâncias, o sexo, a idade e o temperamento do paciente.
- (E) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, mas o simples temor reverencial caracteriza a coação direta.

47. Prescreverá em cinco anos a pretensão

- (A) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (B) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (C) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (D) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (E) de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a de reparação civil.

Direito Processual Civil

48. Considere as assertivas abaixo a respeito da competência territorial.

- I. Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente apenas o foro do domicílio do réu ou do local do fato.
- II. Em regra, é competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação do dano e para a ação em que for réu o administrador ou gestor de negócios alheios.
- III. Em regra, havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- IV. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, recaindo o litígio sobre direito de propriedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



49. Com relação as nulidades é INCORRETO afirmar:

- (A) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (B) O erro de forma do processo acarreta a nulidade absoluta de todos os atos nele praticado em razão da inobservância legal pré-determinada, sendo vedado o aproveitamento de atos.
- (C) Em regra, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- (D) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.
- (E) Se o processo em que deva intervir tiver corrido sem conhecimento do Ministério Público o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.

50. Quando ficar parado o processo durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes, o juiz ordenará o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo sem resolução de mérito

- (A) se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 horas.
- (B) se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 24 horas.
- (C) se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 5 dias.
- (D) de imediato, sem a intimação das partes.
- (E) se a parte, intimada através de procurador, não suprir a falta em 5 dias.

Direito Penal

51. No que diz respeito à reabilitação, é correto afirmar que:

- (A) se o condenado for reincidente, somente poderá ser requerida decorridos 5 (cinco) anos do dia em que for extinta a pena ou encerrar a sua execução.
- (B) é admissível no caso de ter sido decretada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- (C) será revogada caso o reabilitado seja condenado, por sentença definitiva, a pena que não seja restritiva de direitos.
- (D) faz com que fiquem suspensos condicionalmente alguns efeitos penais da condenação e, se revogada, ficam eles restabelecidos.
- (E) um dos requisitos para a sua concessão é não ter o condenado, nos últimos dois anos, mudado de domicílio sem comunicar o Juízo.

52. Considere as hipóteses abaixo.

- I. Uma pessoa que não exerce função pública auxilia um funcionário público na subtração de bem móvel pertencente à Administração.
- II. O agente induz o executor do furto a cometê-lo de manhã, entretanto o executor decide praticá-lo durante o repouso noturno.

É correto afirmar que na

- (A) hipótese I, a pessoa que não exerce função pública responderá por peculato culposo, por ter concorrido, culposamente, para o crime de outrem.
- (B) hipótese I, a pessoa que não exerce função pública responderá apenas por furto e, não, por peculato-furto, se desconhecer a qualidade de funcionário público do coautor.
- (C) hipótese II, o agente que induziu o executor do furto responderá por furto qualificado pelo repouso noturno, pois as condições de caráter pessoal, quando elementares do crime, sempre se comunicam.
- (D) hipótese II, ambos terão a pena aumentada de um terço.
- (E) hipótese I, o funcionário público responderá por peculato e a pessoa que o auxiliou responderá por peculato mediante erro de outrem.

53. Quando o agente não quer diretamente a realização do tipo, mas a aceita como possível, ou até provável, assumindo o risco da produção do resultado, há

- (A) preterdolo.
- (B) dolo direto de segundo grau.
- (C) dolo imediato.
- (D) dolo mediato.
- (E) dolo eventual.

Direito Processual Penal

54. Dentre as hipóteses de nulidade abaixo apontadas, NÃO haverá nulidade absoluta no caso de

- (A) o acusado sem habilitação técnica ser processado e julgado sem defensor.
- (B) o Juizado Especial Criminal julgar infração penal que não seja de menor potencial ofensivo.
- (C) não ser nomeado curador ao réu capaz menor de 21 (vinte e um) anos e maior de 18 (dezoito).
- (D) não se proceder ao exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, quando não desaparecidos estes.
- (E) queixa-crime proposta por amiga da vítima menor de 18 (dezoito) anos.



55. Considere as situações abaixo.

- I. Ordem de prisão determinada pelo Ministério Público, fora das hipóteses de flagrante.
- II. Proibição de frequentar determinados lugares como condição imposta na concessão da suspensão condicional da pena ou do processo.
- III. Não conclusão de inquérito policial até o sexto dia após a prisão em razão de flagrante.
- IV. Recebimento, pelo Juiz, de denúncia ou queixa-crime por fato atípico.

São hipóteses de cabimento de *Habeas Corpus* APENAS

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

56. No que diz respeito à Sentença, é correto afirmar que

- (A) transitada em julgado a decisão absolutória, poderá o Ministério Público propor outra ação penal contra o mesmo réu pelo mesmo fato, se houver provas novas.
- (B) não será proferida sentença condenatória caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- (C) poderá ser decretada a improcedência da ação penal em outras hipóteses, além daquelas previstas no artigo 386 do Código de Processo Penal.
- (D) deve conter o relatório, a motivação, o dispositivo e a parte autenticativa.
- (E) proferida a sentença condenatória, torna-se certa a obrigação de satisfazer o dano *ex delicto*.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

57. Nos termos da Lei nº 8.112/90, quanto à posse e ao exercício em cargo público, é correto que

- (A) a posse e o exercício poderão dar-se através da nomeação da autoridade do órgão como procurador do servidor, mediante procuração específica.
- (B) a posse ocorrerá no prazo de quinze dias contados da data do ato de nomeação.
- (C) é de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da publicação do ato de provimento.
- (D) a promoção interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da posse do servidor.
- (E) à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

58. Quanto às penalidades aplicáveis aos servidores públicos civis nos termos da Lei n. 8.112/90, considere:

- I. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- II. A demissão de cargo em comissão daquele que se vale do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- III. A ação disciplinar prescreverá em 3 (três) anos, quanto à suspensão e em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.
- IV. As penalidades disciplinares serão aplicadas pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.
- V. Será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade ou inatividade, falta punível com a suspensão superior a 30 (trinta) dias.

Estão corretas APENAS

- (A) III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e IV.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

59. No que diz respeito às atribuições do Relator, é certo que, dentre outras, é de sua competência

- (A) arquivar, *ex officio*, o inquérito policial ou peças informativas, dispensando eventual apreciação pelo Tribunal.
- (B) delegar atribuições aos Juízes Eleitorais para as diligências que se tornarem necessárias.
- (C) indeferir as revisões criminais, ainda que fundadas em novas provas, quando for incompetente o Tribunal.
- (D) redigir o acórdão ou resolução nas hipóteses de vencido ou vencedor nas matérias submetidas ao Plenário.
- (E) decretar, nos *habeas corpus*, a caducidade da medida liminar, desde que requerida pelo Ministério Público.

60. Analise:

- I. Conhecer de representação contra o uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de partido político, bem como presidir a respectiva instrução, em caso de competência originária dessa Corte.
- II. Comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Tribunal Regional Federal respectivo o afastamento concedido aos Juízes Eleitorais e Membros do Tribunal Regional Eleitoral.

Essas atribuições são, respectivamente, de competência do

- (A) Procurador Regional Eleitoral e do Vice-Presidente do Tribunal.
- (B) Procurador Regional Eleitoral e do Corregedor Regional Eleitoral.
- (C) Corregedor Regional Eleitoral e do Presidente do Tribunal.
- (D) Presidente do Tribunal e do Corregedor Regional Eleitoral.
- (E) Presidente do Tribunal e do Vice-Presidente do Tribunal.

